



#Militarização

Balas que cruzam presentes e dores: o cotidiano militarizado de crianças e adolescentes no Rio

Originalmente publicado no [Medium](#), em 2 de maio de 2017

Autoria de Thiago Mendes / Instituto PACS

Um mês após a morte de Maria Eduarda, 13, numa escola pública em Acari, quem segue chorando os mortos da guerra cotidiana das favelas militarizadas? Histórias de sonhos cruzados a tiros e o fogo da dor das mães condenadas a pedir Justiça.

Eduardo sonha em ser bombeiro desde que viu na televisão homens fardados na tragédia do Morro do Bumba, em Niterói. “Vou estudar para ser isso. Quero salvar vidas”, disse para a mãe Terezinha Maria de Jesus, em 2010. Jhonata Dalber está feliz da vida. Conseguiu um emprego depois de terminar o curso tão desejado. Agora sobra até uma grana para levar a namorada no cinema e, depois do filme, o namoro é no aconchego da casa, pois finalmente o pai da garota deu carta branca.

Não se pode dizer que Eduardo desistiu de ser bombeiro, mas não sonha mais com isso. Jhonata não desistiu do curso, mas não pode mais trabalhar. Espalham-se as histórias de eduardos, jhonatas, wesleys, eduardas, meninos e meninas cariocas, cujos planos e sonhos poderiam ser contados no presente, como no parágrafo acima, enchendo de orgulho mães e vizinhos. Uma bala — perdida por quem? –, no entanto, transformou tudo em passado,

em saudade, em luta por justiça. Essas trajetórias massacradas pela violência de Estado povoam diariamente as páginas dos jornais e as imagens das tevês no Rio para em seguida sumirem da nossa memória. Há, quase todos os dias, um choro de mãe mais recente a ser consolado no Rio. Eduardo tinha 10 anos, Jhonata, 16. Eduardo morava no Complexo do Alemão; Jhonata, no Borel. Foram mortos pela ação policial em favelas cariocas onde foram instaladas Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs). São vítimas de uma rotina de dor que mata os mais novos, os negros e os favelados na cidade. São mártires de uma nova geração que teve o direito a sonhar suspenso, dilacerado por um projétil.

No fim de março, a morte de crianças e adolescentes vítimas da militarização no Rio de Janeiro ganhou repercussão com o caso de Maria Eduarda, 13 anos, atingida dentro de uma escola em Acari, na zona norte da cidade no dia 30 de março. Mais de um mês depois, quem sabe da dor da mãe de Eduarda? A perícia apontou que um dos tiros que atingiram a menina partiu da arma um dos dois PMs, presos no dia da morte. Entre 2015 e abril de 2017, 21 crianças foram atingidas por balas “perdidas” na cidade, segundo dados reunidos pela ONG Rio de Paz; 20 delas foram baleadas em regiões pobres.

Outra estatística estarrecedora mostra como a militarização afeta diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. De acordo com levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação, a pedido do jornal Extra, dos 200 dias letivos de 2016, foram 157 com pelo menos uma escola impedida de funcionar por causa de tiroteios.

O cotidiano de risco de perder a vida para um tiro que não deveria estar ali é enfrentado por moradores de áreas onde se instalaram as UPPs. Segundo

levantamento feito pela própria Polícia Militar, os confrontos nessas áreas passaram de 13 em 2011 para 1.555 em 2016, o que representa um aumento de quase 13.746%. Em março deste ano, foram 120 pessoas mortas no que o Instituto de Segurança Pública classifica como “Homicídio Decorrente de Oposição à Intervenção Policial”, um aumento de 96,7% em relação a março de 2016, quando 61 pessoas foram mortas.

Em 2017, nos 22 primeiros dias letivos do ano, as escolas tiveram de fechar as portas 65 vezes na cidade. Dos 641 mil alunos da rede municipal, 115 mil estudantes ficaram ao menos um dia sem aulas normais em 2016. A região mais afetada tem sido Maré, Bonsucesso, Ramos, Cordovil e entorno (com 24.016 estudantes sem aula em 2016).

No dia 24/05 será realizada uma Marcha, com concentração na praça do Parque União e em frente à Associação de Moradores do Conjunto Esperança, na Maré, para denunciar as mortes e fechamento de postos de saúde e escolas em razão dos tiroteios.

Marcha Basta De Violência! Outra Maré é possível

A partir da articulação de instituições da sociedade civil, de órgãos públicos, privados e de moradores das 16 favelas...

www.facebook.com

PARTICIPE DA MARCHA DA MARÉ
NO DIA 24 DE MAIO!

FÓRUM

**BASTA DE
VIOLÊNCIA!**

OUTRA MARÉ É POSSÍVEL...



EDUCAÇÃO SOB FOGO CRUZADO NO RIO

ESTUDANTES QUE FICARAM SEM AULA EM 2016 POR REGIÕES DA CIDADE

24.016

Maré, Bonsucesso, Ramos,
Cordovil e entorno

17.421

Bangu,
Realengo,
Deodoro e
região

16.661

Jacarezinho,
Méier, Inhaúma,
Complexo do
Alemão, Lins e
região

14.883

Colégio,
Pavuna,
Guadalupe,
Barros Filho e
região

13.436

Jacarepaguá
e Barra da
Tijuca

8.485

Santa Cruz,
Guaratiba,
Sepetiba e
Paciência

8.234

Madureira, Irajá,
Guadalupe e
região

8.225

Centro, São
Cristóvão,
Mangureira, Rio
Comprido e
Santa Teresa

2.282

Campo Grande
e região

1.926

Zona Sul e
Tijuca

Fonte: Levantamento feito
pela Secretaria Municipal de
Educação do Rio a pedido do
jornal Extra. Publicado na
edição de 03/04/17

A situação não é novidade para ninguém e gerou reações inclusive do próprio secretário municipal de Educação do Rio, Cesar Benjamim, que fez uma publicação no Facebook.

A **violência que vitima adolescentes** como Maria Eduarda e Hosana de Oliveira Sessassim, também de 13 anos, não escolhe idade para colocar a vida por um triz. Samantha Guedes, profissional de educação infantil no Complexo da Penha, relata cotidiano de tiroteios, medo e condições precárias de trabalho — falta limpeza e os profissionais terceirizados estão recebendo em atraso — em unidades de educação infantil da região, que acolhe diariamente bebês de até 3 anos e 9 meses.

Nessas áreas, a guerra não escolhe turno. Segundo Samantha, é possível ouvir tiros mesmo em horários de aulas. Numa sexta-feira, as mães tiveram de correr para dentro da creche às 7h30 da manhã, horário em que os portões abrem, para tentar proteger as crianças de um tiroteio na base da UPP.

Os pequenos se revezam entre o medo e a assimilação do ambiente militarizado. Com peças de Lego, as crianças maiores montam armas, fuzis. Outras “brincam de pow-pow-pow”, imitando os disparos. “Armas são proibidas como brinquedos na creche. Mas lá fora os policiais passam com fuzis. O que eu vou dizer a essa criança?”, questiona-se Samantha.

Para a educadora, falta descentralizar políticas sociais e investir em tratamento para dependentes químicos, em vez de colocar dinheiro na guerra às drogas. “A UPP sempre foi uma farsa. É uma política de segurança pública que só mata negros e pobres. Me sinto na Síria. As pessoas pensam que a guerra é do outro lado, mas é aqui”, arremata.

Militarização, racismo e machismo se misturam quando Samanta reflete sobre o cotidiano da educação infantil em áreas ocupadas pela polícia no Rio. São muitos os casos das crianças atendidas pela rede municipal de educação infantil abandonadas pelo pai. Multiplicam-se, assim, os lares chefiados por mulheres que se viram com empregos precários: faxina, panfletagem nas ruas, dentre outros. “Uma coisa não é isolada da outra. A face dessas crianças é negra. O racismo e o machismo também se expressam, pois 85% são mulheres negras que sustentam suas casas”, contabiliza, a partir de sua vivência como educadora desde 2009.

Negados os direitos à vida, à educação, ao trabalho digno, as mulheres negras têm também o direito à saúde negado. Falta até anticoncepcionais nas clínicas da família do Complexo da Penha, segundo Samantha.

Num ambiente que oprime famílias pobres e profissionais da educação (alguns desenvolvem síndrome do pânico e precisam ser trocados de creche), o que esperar do desenvolvimento dessas crianças? “Educar e cuidar são coisas indissociáveis. Isso vai influenciar no desenvolvimento. Quem paga a conta são nossas crianças”, resume a educadora.

A luta por justiça

As mães vão se revezando ao microfone para contar a história de seus filhos, a falta de investigação dos casos, a barbaridade dos crimes. “Nossos mortos têm nome”. “Nossos mortos têm voz”, gritam as mulheres na frente do Ministério Público do Rio de Janeiro. No ato realizado em abril, elas cobraram a investigação de assassinatos arquivados e celeridade nas investigações. O ato foi organizado pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a

Violência. Ao fim, as mães foram **recebidas por representantes do MP** e entregaram uma **carta aberta ao órgão**.

O grito é necessário, pois há ouvidos moucos e olhos cegos para investigar as mortes que a polícia classifica como “autos de resistência”, quando, supostamente, houve confronto entre policiais e bandidos. No atentado de Costa Barros, os policiais tentaram enquadrar como “confronto” o fuzilamento de cinco jovens dentro de um carro atingido por 111 tiros. Neste caso, os agentes foram presos mas essa não é a regra quando a bala encontra um jovem nas favelas.

Veza ou outra, uma família é recebida pelo governador, a quem cabe o pedido de desculpas “pelo erro do Estado”. Desculpas foi o que Terezinha Maria de Jesus teve de ouvir de Luiz Fernando Pezão quando a polícia matou o filho Eduardo no Complexo do Alemão, em 2015, na calçada da porta em que morava. Desligadas as câmeras de tevê, o tratamento do Estado muda de tom. O Tribunal de Justiça arquivou o processo contra o policial acusado de matar Eduardo. Terezinha precisou se mudar para o Nordeste depois de sofrer ameaças por denunciar a morte. As desculpas não trazem os filhos de volta; nem fazem os tiros parar. O genocídio segue e muitas das mães se organizaram para demandar justiça.



Mães reunidas no ato em frente ao Ministério Público Estadual, no Rio. Foto de [Katja Schilirò](#)

Janaína, mãe de Jhonata Dalber, não consegue dizer muito ao microfone sobre o filho estudioso, morto com um tiro na testa pela polícia militar no Borel em junho de 2016. “Fico me perguntando por quê... Eu só queria Justiça... Só isso”, desaba Janaína, amparada pelo grupo de mães que chega de imediato para abraçar coletivamente uma dor sem nome nem tamanho.

Destaca-se entre elas a voz grave de Ana Paula Oliveira, mãe de outro Johnatha, morto aos 19 anos com um tiro nas costas em Manguinhos, quando saía para deixar a namorada em casa. “Parece que vocês estão ouvindo a mesma história. Não vem com esse discurso de que há um combate às drogas. O que há é um combate aos pobres. Estão tirando nossos filhos e ninguém se importa. E se nossos filhos fossem jovens brancos de classe média?”, questiona Ana Paula. Ana Amélia Silva Rocha, mãe de Tiago, atropelado por um juiz na avenida Brasil em 2000, também se soma à luta das vítimas de agentes do Estado. “O policial atira. O Estado é que mata”,

resume Ana Amélia, que investigou por conta própria o atropelamento do filho.

Em comum, elas carregam, além de histórias parecidas, da dor compartilhada e das camisetas brancas com fotos e nomes dos filhos, o rosto negro. A mais recente integrante do grupo é Iara, mãe de Wesley de Paula, de 15 anos, morto no Morro do Fallet havia menos de uma semana. A mulher magra, baixa, aparenta menos de 25 anos. Aproxima-se do microfone, mas não consegue dizer nada. É logo abraçada por mulheres que há mais tempo sentem a dor que emudece Iara.

“Mais uma mulher preta, nova, com esse olho caído, com essa aparência de dor. Esse bloco não pode crescer mais. Está do tamanho de parar”, orienta uma das mulheres. Amanhã quem lembrará a dor de Iara?





Ato realizado pelas mães no dia 19/04, em frente à sede do Ministério Público Estadual. Fotos: Thiago Mendes/Comunicação Instituto Pacs

Este texto é o segundo da série “Militarização do cotidiano — um legado olímpico” que o Instituto Pacs publica, com apoio da DKA Austria, sobre segurança pública no Rio de Janeiro e suas imbricações no Brasil e no mundo. O primeiro texto você lê [aqui](#). Acompanhe. Mais informações e/ou sugestões: thiago@pacs.org.br e iara@pacs.org.br | Acesse também: pacs.org.br